A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: DA REVOLUÇÃO INDUSTRIAL AO NEOLIBERALISMO

Aline Linares de Oliveira Scandelai [1]

[1] Graduada em Serviço Social e Especialista em Políticas Sociais e Processos de gestão, pelas Faculdades Integradas Antonio Eufrásio de Toledo de Presidente Prudente/SP. Especialista em Democracia Participativa, República e Movimentos Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais. aline.linares@hotmail.com.

RESUMO
O presente artigo, a partir de uma revisão da literatura, tem como objetivo esboçar a evolução histórica do mundo do trabalho, com ênfase na precarização, desgaste e nas diferentes configurações dos modos de produção ao longo dos dois últimos séculos. Ressalta o surgimento da burguesia como a classe pioneira para a efetivação do sistema capitalista e, tendo como ponto de partida e marco histórico a Revolução Industrial, em que há a plenitude das transformações nas relações entre empregador e empregado e a manifestação da questão social na Europa nos meados do século XIX ao século XX no Brasil.
Palavras-chave: Capitalismo; Modos de produção; Revolução Industrial.

ABSTRACT
This article is based on three decades of bibliographies and Web sites with content from reliable sources, which has aimed to outline the historical evolution of world of work, with emphasis on insecurity, wear and the different configurations of modes of production along the last two centuries. It highlights the emergence of the bourgeoisie as the class pioneer in the realization of the capitalist system and, taking as a starting point and landmark the Industrial Revolution, which has the fullness of the transformations in the relations between employer and employee and the manifestation of the social question in Europe in the mid nineteenth century to the twentieth century in Brazil.
Keywords: Capitalism; Modes of production; Industrial Revolution.

1 – A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL: UM MARCO PARA O SISTEMA CAPITALISTA

Não é possível afirmar que a sociedade no período do feudalismo viveu em situação harmoniosa. Mas foi organizada em uma estrutura hierárquica em que a nobreza – senhores feudais – detinham o poder político, econômico e social e os servos dedicavam obediência e subordinação aos senhores.

A improdutividade de determinadas terras, o surgimento de pestes, a pressão estabelecida sobre os servos, o surgimento de uma comercialização inicialmente desorganizada foram alguns dos fatores que colaboraram para a desintegração gradual do sistema feudal.

A consciência por parte de alguns servos fez com que a estrutura dos burgos se modificasse. Décadas mais tarde, com a organização do comércio, tais servos passaram a ser denominadosburgueses. Emergiu a partir desse fato uma nova divisão social, ou seja, o que antes era dividido apenas entre senhor feudal e servo passa a ser complementado pela burguesia, que apresenta controle sobre o poder econômico e, após ações voltadas para o início da industrialização, passa a deter também o poder político.

> Quando uma classe consegue impor-se sobre outras classes debilitadas ou historicamente ultrapassadas, ela destrói as formas econômicas, as relações sociais, civis, jurídicas, as visões de mundo e o regime político, substituindo-os por outros, condizentes com seus interesses e seu domínio. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.57).

A burguesia sem duvida é a vanguarda para o início dos processos de industrialização, ou seja, a pioneira na implantação do sistema capitalista. De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p.49),

> A burguesia cumpriu, então, um papel revolucionário. Sua ação destruiu o modo de organização do trabalho, as formas da propriedade no campo e na cidade; debilitou as antigas classes dominantes – como a aristocracia feudal e o clero, substituiu a legislação feudal, e eliminou impostos e obrigações feudais, as corporações de oficio, o sistema de vassalagem que impedia que os servos se transformassem nos trabalhadores livres e o mesmo o regime político monárquico nos casos em que sua existência representava um obstáculo ao pleno desenvolvimento das potencialidades da produção capitalista.

Em relação à mudança da economia Marx (2000, p.71) apresenta que:

> [...] os meios de produção e de troca à base dos quais veio se constituindo a burguesia foram produzidos no interior da sociedade feudal. Num certo estágio de desenvolvimento desses meios de produção e de troca, as condições nas quais a sociedade feudal produzia e trocava, quer dizer, a organização feudal da agricultura e da manufatura, numa palavra, as relações feudais de propriedade, deixaram de corresponder às forças produtivas já desenvolvidas. Tratavam a produção ao invés de impulsioná-la.
> Transformaram-se em outras tantas cadeias. Precisam ser despedaçadas e foram despedaçadas.
> Em seu lugar implantou-se a livre concorrência, com uma constituição política e social apropriada, com o domínio econômico e político da classe burguesa.

No inicio do século XVIII, a modernização da agricultura fez com que parte das famílias que até o momento residiam nas zonas rurais, migrassem para as áreas urbanas, onde, *"os céus dos grandes centros industriais começam a cobrir-se da fumaça despejada pelas chaminés de fábricas que se multiplicavam em ritmo acelerado".* (QUINTANEIRO ;BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.10).

As condições de vida dos operários da indústria eram de extrema precariedade. Em suas moradias, geralmente, não havia água corrente e esgoto e os lixos acumulados os deixavam expostos a doenças. O ambiente de trabalho caracterizava-se pela insalubridade e exploração e os operários

> [...] labutavam em turnos diários de 12 a 16 horas, ampliando para até 18 horas quando a iluminação a gás tornou-se disponível. O salário dos aprendizes era em geral a metade do que se pagava aos operários, o das mulheres a quarta parte. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.11).

Neste período, a burguesia se depara em grandes conflitos com a nobreza – que nesse momento se encontrava bem enfraquecida – na luta pelo poder. É por meio da Revolução Industrial que os burgueses novamente revolucionam o mundo do trabalho.

> O estabelecimento da jornada normal de trabalho foi, desta forma, o resultado de uma luta "multissecular entre capitalista e trabalhador", considerando aí também o tempo decorrido entre a subsunção dos trabalhadores "livres como os pássaros" ao capital e a Revolução Industrial, cuja dinâmica constitui a possibilidade de geração de uma consciência coletiva dos trabalhadores enquanto classe. (BEHRING, 2007, p.55).

Com a Revolução os meios de produção, ocorre a divisão social do trabalho, que *"expressa modos de segmentação da sociedade, ou seja, desigualdades sociais mais abrangentes como a que decorre da separação entre o trabalho manual e intelectual"* (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p. 35). Emerge como forma de representar a escala hierárquica presente na sociedade, concretizando as relações sociais de produção

A Revolução Industrial gerou novas regras para o trabalho e convívio social. De acordo com Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p.12),

> A Revolução Industrial obriga a um registro mais precioso do tempo na vida social. O empresário passa a comprar horas de trabalho e a exigir seu cumprimento. Os trabalhadores perdem o controle do ritmo produtivo que impõe uma disciplina até então desconhecida.

Ressalta que toda estranheza se dá pelo fato do tempo significar capital, quanto mais horas trabalhadas, mais a receber; quanto mais se recebe, significava menos tempo para a família e lazer.

> [...] a segunda metade do século XIX –, a força de trabalho reagia à exploração extenuante, fundada na mais-valia absoluta, com extensão do tempo de trabalho, e também à exploração do trabalho de crianças, mulheres e idosos. A luta de classes irrompe contundente em todas as suas formas, expondo a questão social: a luta dos trabalhadores com greves e manifestações em torno da jornada de trabalho e

> também sobre o valor da força de trabalho [...]. (BEHRING, 2007, p.54)

Em um breve levantamento histórico denota as primeiras características do então sistema capitalista após o enfraquecimento do feudalismo e o inicio da Revolução Industrial: "*o capitalismo vincula-se à racionalização na vida prática*". (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.141).

> Entre direitos iguais decide a força. E assim a regulamentação da jornada de trabalho apresenta-se na história da produção capitalista como uma luta ao redor dos limites da jornada de trabalho – uma luta entre o capitalista coletivo, isto é, a classe dos trabalhadores, e o trabalhador coletivo, ou a classe trabalhadora (MARX, 1987, p.181).

No capitalismo, o trabalhador só é dono da sua mão-de-obra, sendo a única forma de sobrevivência vendê-la como mercadoria em troca de um salário. Para Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p.46), *"as relações de produção capitalistas implicam na existência do mercado, onde também a força de trabalho é negociada por certo valor entre o trabalhador livre e o capital".* Ressalta que a força de trabalho passa a ser caracterizada como valor, após o período escravista.

O capitalismo se estrutura na sociedade devido à forma como os meios de produção se estruturam visando a geração e a apropriação.

> Marx distingue o tempo de trabalho necessário, durante o qual se dá a reprodução do trabalhador e no qual gera o equivalente a seu salário, do tempo de trabalho excedente, período em que a atividade produtiva não cria valor para o trabalhador, mas para o proprietário do capital. Em função das relações sociais de produção capitalistas, o valor que é produzido durante o tempo de trabalho excedente ou não-pago é apropriado pela burguesia. Parte desse valor extraído gratuitamente durante o processo de produção para integrar o próprio capital, possibilitando a acumulação crescente. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.47).

2 – AS TRANSFORMAÇÕES NO MODO DE PRODUÇÃO

A cada mudança nos modos de produção, a sociedade absorve transformações em todos os segmentos, desde o político, econômico, social, até mesmo na forma como a família é estruturada. Não há uma ordem a ser seguida – primeiro mudanças no mundo do trabalho e depois no sistema econômico, político e social – se o mercado tende a mudar a forma como produz, significa que o antigo processo não é mais eficaz para o capital.

O trabalho inclui o indivíduo na sociedade, ou pelo menos faz com que o mesmo se sinta inserido em um meio, mesmo que ela seja exploratória.

> Todo trabalho é, de um lado, dispêndio de força humana de trabalho, no sentido fisiológico, e, nessa qualidade de trabalho humano igual ou abstrato, cria valor de mercadorias. Todo trabalho, por outro lado, é dispêndio de força humana de trabalho, sob forma especial, para um determinado fim, e, nessa qualidade de trabalho útil e concreto, produz valor de uso. (MARX, 1987, p.54)

2.1 – Taylorismo e Fordismo

O taylorismo, desenvolvido por Frederick Winslow Taylor, apresenta a ideia que trabalhadores capacitados produzem em grande quantidade e com melhor qualidade, mesmo com baixos salários, tendo em vista que estes não são pagos para pensar.

Já o fordismo introduzido por Henry Ford – em meados do século XX – no processo de fabricação de carros, com sua linha de montagem sobre a esteira rolante. Esse processo revoluciona a indústria, devido à consolidação da produção em massa de uma linha de montagem de produtos mais homogêneos e a estruturação do estoque como fator essencial.

> O que havia de novo em Ford era sua perspectiva de combinar produção em massa com consumo de massa, o que pressupunha um novo sistema de reprodução da força de trabalho, bem como "uma nova política de controle e gerencia do trabalho, uma nova estética e uma psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista" (HARVEY, 1993, p.121)

Para o trabalhador desse modelo de produção, o tempo é fundamental e suas ações são sempre repetitivas e rotineiras.

As novas condições de concorrência e de valorização do capital do final da década de 70 impulsionaram um novo modo de produção denominado de toyotismo.

No início da década de 80 do século XX, o toyotismo – que teve sua origem no Japão – passou a reger muitas ações dos meios de produção como a presença de novas tecnologias, o uso de microeletrônicas e a informatização da produção, visando o controle de qualidade. Tais mudanças refletiram no âmbito social, exigindo trabalhadores não apenas braçais, mas também capacitados a lidar com a tecnologia.

Se comparado com o modelo fordista, o toyotismo permite a desconcentração industrial, a gestão participativa, a existência de equipes de trabalho.

> [...] ao contrario do fordismo, a produção sob o toyotismo é voltada e conduzida diretamente pela demanda. A produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo. É este quem determina o que será produzido, e não o contrário, como se procede na produção em série e de massa do fordismo. Desse modo, a produção sustenta-se na existência do estoque mínimo. O melhor aproveitamento possível do tempo de produção (incluindo-se também o transporte, o controle de qualidade e o estoque). (ANTUNES, 2000, p.34).

Os modos de produção atuais herdaram grandes características do fordismo e do taylorismo,

> O fordismo fundamentalmente como a forma pela qual a indústria e o processo de trabalho consolidam-se ao longo deste século, cujos elementos constitutivos básicos eram dados pela produção em massa, através da linha de montagem e de produtos mais homogêneos; através do controle dos tempos e movimentos pelo cronômetro e da produção em série fordista; pela existência do trabalho parcelar e pela fragmentação das funções; pela separação entre elaboração e execução no processo de trabalho; pela existência de unidades fabris concentradas e verticalizadas e pela constituição/consolidação do operário-massa, do trabalhador coletivo fabril,

> entre outras dimensões. Menos do que um modelo de organização societal, que abrangeria igualmente esferas ampliadas da sociedade, compreendemos o fordismo como o processo de trabalho que, junto com o taylorismo, predominou na grande indústria capitalista ao longo deste século. (ANTUNES, 2000, p.25).

3 – O TRABALHADOR E A QUESTÃO SOCIAL

Por volta do ano de 1830, começou a se discutir na na Europa a questão social, a partir da tomada de consciência dos trabalhadores e a organização da classe operária, na busca pela garantia de direitos e pelo suprimento das necessidades. No Brasil esse momento ocorreu somente após um século.

> A mobilização e a organização da classe trabalhadora foram determinantes para a mudança da natureza do Estado liberal no final do século XIX e início do século XX. Pautada na luta pela emancipação humana, na socialização da riqueza e na instituição de uma sociabilidade não capitalista, a classe trabalhadora conseguiu assegurar importantes conquistas na dimensão dos direitos políticos, como o direito de voto, de organização em sindicatos e partidos, de livres expressão e manifestação (BARBALET, 1989 apud BEHRING, 2007[1]) Correção a citação de citação esta errada

Após a Primeira Guerra mundial – 1914 a 1918 – a classe operária no Brasil vivenciou situações de grande penúria. O aumento demográfico no país, principalmente nas zonas urbanas, fez com que a classe operária passasse a residir em moradias insalubres, cumprindo uma jornada diária de trabalho de 12 a 15 horas, com salários extremamente baixos. Estas, entre outras características, se encontraram presentes na Inglaterra na época da Revolução Industrial.

Um fator determinante desse contexto histórico foi a chegada dos imigrantes europeus ao país; muitos deles trouxeram consigo a experiência e histórias de resistência e a importância da classe operária permanecer sempre unida.

No final da década de 20 do século XX, o Brasil vivenciou uma grande crise no âmbito econômico, com a quebra da bolsa de Nova Iorque, um caos político com a ruptura entre as elites, e os problemas sociais que são enfrentados pelo Estado como caso de polícia.

> [...] a débil intervenção do Estado na garantia de direitos sociais sob o capitalismo liberal não emanou de uma natureza predefinida do Estado, mas foi criada e defendida deliberadamente pelos liberais. Para aqueles, o Estado não devia intervir na regulação das relações de trabalho nem deveria se preocupar com o atendimento das necessidades sociais [...]. (BEHRING, 2007, p.61).

Foi somente na década seguinte que a questão social surgiu no país e algumas correntes políticas tpassaram a ter grande importância na tomada de consciência e organização da classe operária, sendo algumas delas: o socialismo, que visa a importância da classe operária em um partido político; o anarquismo, que é totalmente contrários às hierárquicas presentes na sociedade; e o anarco – sindicalismo, que defende a organização de sindicatos de resistência, para a realização de grandes mobilizações, como greves.

> A consciência de classe conduz, na sociedade

[1] BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 213p.

> capitalista, à formação de associações políticas (sindicatos, partidos), que buscam a união solidária entre os membros da classe oprimida com vistas à defesa de seus interesses e ao combate aos opressores. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA, 2002, p.44).

A questão social pode ser sintetizada como o conflito entre o capital e o trabalho e, a problematização das necessidades sociais por sujeitos que buscam efetivamente respostas políticas para as demandas presentes no contexto social através da efetivação de políticas públicas.

> O surgimento das políticas foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas, e das correlações e composições de força no âmbito do Estado. Os autores são unânimes em situar o final do século XIX como o período em que o Estado capitalista passa assumir e a realizar ações sociais de forma mais ampla planejada, sistematizada e com caráter de obrigatoriedade. (BEHRING, 2007, p.64).

Nos meados do século XX, temos na Europa e nos Estados Unidos, o chamado Estado de Bem Estar Social[3] – Welfare State – em que o Estado supre todas as necessidades da classe trabalhadora. Não é possível afirmar que o Brasil vivencia esse Estado. No país emergiram algumas manifestações do Welfare State na década de 70 do século XX, mas nada concretizado e estruturalmente organizado.

Os princípios que estruturam o Welfare State são:

> 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto de ações em três direções: regulação da economia de mercado a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma "rede de segurança" de serviços de assistência social. (BEHRING, 2007, p. 94)

O Estado de Bem Estar Social não obtêm êxito nos países em que é implantado, tendo em vista que seus princípios e objetivos refletem velhas formas políticas, em uma nova roupagem.

> Por falta de alternativas ao pacto interclassistas que, entre os anos 40 e 70 do século XX, ajudou a viabilizar o funcionamento do Welfare State Keynesisno, concebem-se, agora, outros arranjos regulares, ditos plurais e menos burocratizados, mas que, na prática, reeditam velhas fórmulas que não deram certo no passado. É o caso do modelo denominado de pluralismo de bem-estar misto (welfare mix), defendido por liberais, e até por segmentos de esquerda, cuja grande invenção, em resposta á chamada crise (também discutível) dos Estados de Bem-Estar, é a responsabilizar o mercado e a sociedade (especialmente as instituições primárias desta, como a família, vizinhos, amigos próximos) pela provisão social. (PEREIRA, 2001, p.55 - 56).

[3] O Estado de Bem Estar Social, é uma forma de Estado voltado para a regulação do sistema de proteção social.

Quando o Welfare State perde suas forças, a corrente política que propõe o mercado livre – liberalismo – ganha forças impulsionando novos padrões econômicos e políticos.

Décadas mais tarde, o liberalismo, recebe uma nova titulação, mas com o objetivo continua o mesmo. Impulsiona o neoliberalismo, implantado na Inglaterra por Margareth Tacher, nos Estados Unidos por Ronald Regan e no Brasil por Fernando Collor de Mello.

> A reestruturação produtiva, as mudanças na organização do trabalho e a hegemonia neoliberal, [...] têm provocado importantes reconfigurações nas políticas sociais. O desemprego de longa duração, a precarização das relações de trabalho, a ampliação de oferta de empregos intermitentes, em tempo parcial, temporários, instáveis e não associados a direitos, limitam o acesso aos direitos derivados de empregos estáveis. (BEHRING, 2007, p. 133).

O neoliberalismo apresenta um modelo de gestão de um Estado mínimo, ou seja, com a menor intervenção possível, se responsabilizando apenas por serviços essenciais. E é nesse contexto que as lutas para que a Questão Social seja levada às arenas decisórias, que aparentam estar adormecidas; um dos motivos apresentados devido ao modelo neoliberal, é a posição desigual – na correlação de forças – nos espaços de atuação política.

Outra discussão presente hoje, apresentada principalmente por pesquisadores europeus como Robert Castel, é a existência de uma nova questão social. Alguns autores, atores sociais e profissionais brasileiros, que atuam nesse segmento, contrapõem essa discussão, com embasamento de que se diz *"nova questão social",* tendo em vista que as necessidades da classe trabalhadora não são mais as mesmas, do momento da Revolução Industrial. Fala-se "nova questão social", com ressalva que são novas as necessidades que a classe trabalhadora apresenta; é nova a gestão de Estado (neoliberalismo); mas a raiz da questão social é a mesma, ou seja, a contradição entre o capital e o trabalho, a desigualdade social, pobreza, desemprego, precariedade das condições de trabalho, exclusão social e violência.

> Muito tem se falado de uma "'nova questão social" e da necessidade de enfrenta-la no marco das transformações econômicas e políticas contemporâneas. No entanto, devo confessar que, apesar de estar consciente que estamos diante de colossais desafios sociais - que se apresentam como inéditos e desconhecidos - não tenho clareza da existência real de uma "nova questão social". (PEREIRA, 2001, p.51).

A questão social sempre está nas relações de trabalho, na forma como o operariado se organiza em classe, na tomada de consciência na racionalização e, nas reivindicações por melhores condições de vida. Verifica-se que a questão social emerge na contemporaneidade por meio da luta pela efetivação e garantia de direitos sociais. Sendo um assunto a ser discutido pelos governantes, organizações da sociedade civil, profissionais que atuam como atores sociais e principalmente pela classe operária.

4 – A PRECARIZAÇÃO E A INFORMALIDADE DO TRABALHO NO NEOLIBERALISMO

A doutrina denominada de Liberalismo emergiu com o fundamento de que todos os indivíduos tivessem os mesmos direitos, mas sabe-se que nem todos usufruem ou tem acesso a eles.

No final do século XX, uma nova doutrina emerge, ou seja, o liberalismo recebe uma nova roupagem, camuflado sob o nome de Neoliberalismo. A realidade é que poucas ações a diferenciam da doutrina anterior; as mudanças ocorridas com certeza não se efetivam visando os trabalhadores e, sim, a descentralização das ações públicas para o âmbito privado.

Assim como o sistema capitalista, o neoliberalismo retrata o ser humano como mercadoria, que só tem valor se estiver trabalhando e contribuindo com os seus deveres de cidadãos – como no recolhimento de impostos. Quintaneiro, Barbosa e Oliveira (2002, p.52), *"o trabalhador e suas propriedades humanas só existem para o capital. Se ele não tem trabalho, não tem salário, não tem existência"*.

> O trabalhador é tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais cresce sua produção em potencia e em volume. O trabalhador converte-se numa mercadoria tanto mais barata quanto mais mercadoria produz. A desvalorização do mundo humano cresce na razão direta da valorização do mundo das coisas. O trabalho não apenas produz também a si mesmo e ao operário como mercadoria, e justamente na proporção em que produz mercadoria em geral. (QUINTANEIRO; BARBOSA; OLIVEIRA apud MARX, 2002, p.27[4]).

O crescente aumento do desemprego no Brasil constrói uma nova história do mundo do trabalho. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) registrou que no mês de janeiro do ano de 2007, a taxa de desemprego no país foi de 9,3%. A Fundação Seade/Dieese fala em 18% de desempregados só na região metropolitana da Grande São Paulo.

Márcio Pochmann[5] (2006) traz dados quantitativos muito importantes para compreendermos a situação que se encontra o mundo do trabalho na contemporaneidade. *"Em 1980, a renda do trabalho é 50% do PIB. Agora representa 36%"*. No Brasil, *"4 milhões de famílias vivem sem remuneração (350 mil famílias na cidade de São Paulo)"*. Em relação a novos empregos, "de três novos postos abertos, dois estão na faixa de um a um e meio salário mínimo (até R$ 450). Já a realidade enfrentada pelos jovens no âmbito da busca por um emprego, pode se afirmar que a situação representa um momento de grande escassez de trabalho e saturação da mão-de-obra. *"De duas pessoas desempregadas, uma tem menos de 25 anos"*. Os dados revelam que atualmente há, *"4 milhões e 300 mil de jovens desempregados. 1 milhão e 350 mil jovens qualificados saíram do país na década de 1990 em busca de oportunidades"*.

O desemprego provoca insegurança, indignidade e transmite a sensação de inutilidade para o mundo social.

No mundo do trabalho a precarização do emprego, o achatamento salarial, a diminuição de trabalhadores com vínculos estáveis, a exportação de emprego para países mais subdesenvolvidos e de mão-de-obra barata são apenas algumas das características da contemporaneidade. Sendo que muitas mudanças resultam da revolução informacional/tecnológica, do Estado Mínimo e da globalização: que permite que o dinheiro trafegue pelo mundo através das aplicações em bolsas de valores, ou que a produção seja efetivada em um país com a mão-de-obra e impostos mais baratos, em relação ao país onde a matriz é instalada.

[4] QUINTANEIRO, Tânia. BARBOSA, Maria Lígia de Oliveira. OLIVEIRA, Márcia Gardênia de. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber.** 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

[5] Em entrevista ao site - http://www.ivanvalente.com.br/CN02/entrevistas/entr_det.asp?id=384 - Acesso em 09 de abril de 2007.

Para garantir a sobrevivência no âmbito do trabalho, é necessário que o trabalhador esteja na constante busca por novos conhecimentos e qualificações.

> Os empregados, especialmente os que exercem trabalho profissional altamente qualificado, ganham muito, mas têm que aprender muito, saber muito, trabalhar muito, não tendo tempo, com isso, tempo para outra coisa ou para desfrutar a vida, tornando-se ansiosos, neuróticos e com deficiência de sentido. Já os desempregados, acrescento eu, têm que se desdobrar no mercado informal, nos "bicos ocupacionais", nas tarefas inferiores, fragmentadas, incertas, ganhando pouco, aprendendo pouco, sabendo pouco, mas também vivendo em estado de ansiedade, neurose, sofrimento e insegurança social. (Agnes Heller 1999, p.53 apud PEREIRA, 2001[6] apud). Verifique, a citação de citação

5 – CONCLUSÃO

Nos dois últimos séculos, o mundo do trabalho experimenta distintos modos de produção, do artesanato à produção tecnológica, sempre tendo como objetivo o lucro, sendo que a exploração e a desumanização do trabalhador ocorrem em todos os modelos.

A Revolução Industrial, utilizada na luta pela garantia de deter o poder político e econômico, foi um dos marcos para o início e caracterização do sistema capitalista.

A opressão e exploração da classe trabalhadora na busca pela mais-valia fazem com que o operariado tenha a consciência para a organização e reivindicação de suas necessidades. É neste contexto de conflitos entre o capital e o trabalho, que emerge a questão social.

No Brasil, somente na década de 30 do século XX que questão social surge e se legitima. A partir desse momento é verificada a consolidação das leis trabalhistas, dentre elas a CLT. Mas, o Estado não efetiva por mera bondade essas ações, a intenção era desmobilizar a classe operária e regular as tensões entre as classes sociais.

Enquanto o fordismo não necessita de mão-de-obra qualificada, tendo em vista que as ações são repetitivas, o toyotismo emerge na busca dessa qualificação profissional para o uso da tecnologia. Novamente, o trabalhador, para se manter presente no modo de produção, vê-se obrigado a buscar novos conhecimentos.

Em cada momento que o modo de produção se modifica, a exigência de trabalhadores especializados é cada vez maior.

Conclui-se que o aumento do desemprego, da informalidade no mundo do trabalho, faz com que os empregados tenham uma insegurança e se vejam obrigados à busca constante por qualificações. Os desempregados, se jovens, se encontram na incerteza de obter o primeiro emprego, a mulher, na constante ação de provar sua capacidade de produzir e o adulto, de se reinserir no mundo do trabalho.

As transformações nos âmbitos sociais, político, econômico, sempre estão em constantes mudanças e, fazem que os modos de produção se modifiquem constantemente e, que o trabalhador sempre busque diferentes alternativas de sobrevivência, seja através do trabalho formal ou da informalidade.

REFERENCIAS

ANTUNES, R.. **Adeus ao trabalho? :** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**.** 7.ed. São Paulo: Cortez, 2000. 200p.

[6] PEREIRA, P.A. P. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania. **Revista Temporalis**. Brasília, n.03, 2001

BEHRING, E. R.. BOSCHETTI, Ivanete. **Política social:** fundamentos e história. 2. ed.. São Paulo: Cortez, 2007. 213p.

BELFIORE-WANDERLEY, M.. BÓGUS, Lúcia. YASBEK, Maria Carmelita. **Desigualdade e a questão social.** 2.ed. São Paulo: EDUC, 2000. 272 p.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social:** uma crônica do salário**.** 2.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 611p.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 1993, 349p.

MARX, K. **Formações econômicas pré-capitalistas –** (Tradução de João Maia)**.** 6ªed. São Paulo: Paz e terra, 1991. 136p.

MARX, K. ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 10.ed. Petrópolis: Vozes, 2000. 151p.

MARX, K. **O Capital**. 11. ed.. São Paulo: Difel, 1987. 209p.

MARX, K. **O Capital: crítica da economia política**. 3.ed.. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PEREIRA, P. A. P. Questão Social, Serviço Social e direitos de cidadania**. Revista Temporalis**, Brasília, n.03, p.51 a 61, -:, 2001..

PRADO JUNIOR, C. **Formação do Brasil contemporâneo:** colônia. 23.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004. 390p.

QUINTANEIRO, T.; BARBOSA, M. L. O;. OLIVEIRA, M. G.. **Um toque de clássicos:** Marx, Durkheim e Weber. 2.ed. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002. 159 p.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** 15.ed. São Paulo: Martin Claret, 2004. 230p.

http://oglobo.globo.com/pais/mat/2007/02/22/294668779.asp - Acesso em 09 de abril de 2007

http://www.ivanvalente.com.br/CN02/entrevistas/entr_det.asp?id=384 - Acesso em 09 de abril de 2007

http://www.library.com.br/Reforma/Pg021Desemprego.htm - Acesso em 09 de abril de 2007